

ARTIGO

A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA E A REPRESSÃO ALÉM FRONTEIRAS¹

THE BRAZILIAN CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP AND THE REPRESSION BEYOND THE BORDERS

CRISTIANE MEDIANEIRA ÁVILA DIAS²

RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar o monitoramento efetuado pelo Centro de Informações do Exterior (CIEX) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), sobre os brasileiros que após o golpe de 11 de setembro de 1973 no Chile, foram obrigados a partirem para a Argentina. A ação desses dois órgãos de segurança baseava-se na necessidade de combater o inimigo para além das fronteiras nacionais, com a finalidade de impedir que as organizações de esquerda brasileiras e de outros países do Cone Sul estabelecessem redes políticas, visando à formação de um movimento revolucionário regional.

PALAVRAS-CHAVE: História do Brasil; Terrorismo de Estado; Doutrina de Segurança Nacional.

ABSTRACT

The main goal of the present article is to analyze the monitoring of the Brazilians who were forced to leave to Argentina after the September 11th of 1973 coup in Chile, accomplished by the Exterior Information Center (CIEX) and the Exterior Relations Ministry's Division of Security and Information (DSI/MRE). These two organizations action was based off on the need to defeat the enemy beyond the national borders, in

¹ Este artigo é uma versão adaptada de parte do quarto capítulo da minha tese de doutorado, intitulada “*Minha terra tem horrores: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973)*”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no dia de 10 de junho de 2019.

² Doutora em História do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cristiane-historia@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4815-9411>.

order to keep the organizations from the Brazilian and other countries of the Cone Sul's left from establishing political networks aiming the foundation of a regional revolutionary movement.

KEYWORDS: History of Brazil; State Terrorism; National Security Doctrine.

O interesse da ditadura civil-militar de Segurança Nacional (SN) brasileira pelas ações da esquerda no exterior começou com a ida de políticos e sindicalistas vinculados a João Goulart e a Leonel Brizola para o Uruguai após o golpe civil-militar de 1964, que Rollemberg (1999) nomeou de primeira geração de exilados (p. 50). Com o objetivo de monitorar essa comunidade, o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) fundaram o Centro de Informações do Exterior (CIEEX), em 1966, e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), no ano seguinte. Os dois órgãos de segurança passaram a funcionar nas dependências da representação diplomática brasileira em Montevideú e, posteriormente, em Santiago, Buenos Aires e La Paz, entre outras capitais de países da América e da Europa. A função do CIEEX e da DSI/MRE era obter, analisar e transmitir informações sobre os exilados para a Agência Central do SNI (AC/SNI) e órgãos militares, envolvidos diretamente nas operações repressivas, entre os quais estavam o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR).

No que diz respeito ao cenário de atuação do CIEEX e da DSI/MRE no Cone Sul, cabe ressaltar que o Uruguai, historicamente tido como uma das democracias mais estáveis e seguras da parte sul do

continente americano, depois da ascensão à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967, iniciou uma fase caracterizada pelo uso progressivo da violência estatal contra os movimentos sociais e as organizações de esquerda. Tal fato resultou numa aproximação dos serviços secretos brasileiro e uruguaio, que passaram a compartilhar informações (e ações), dificultando as atividades políticas da comunidade de exilados no país vizinho. Um ano mais tarde, o Brasil também vivenciou uma série de mudanças com a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), que motivou o surgimento de novas organizações armadas, das quais participaram muitos jovens que vinham do movimento estudantil e uma nova onda de exilados, em função da maior virulência com que passou a agir o mecanismo repressivo estatal contra a esquerda em todo o país.

Fico (2001) ressalta que parte das organizações armadas, entre as quais a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), surgiu antes da instauração do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, mas os episódios envolvendo esses grupos que chamaram a atenção dos militares e da sociedade para suas táticas, ocorreram a partir da segunda metade de 1969. Ou seja, o AI-5 não resultou, como afirmaram os militares, da necessidade de aperfeiçoar os métodos repressivos estatais no combate à luta armada:

As ações dos comunistas adeptos da luta armada que vieram a público, em 1968, indicavam certamente uma mudança importante, em favor de ações violentas, mas os episódios que realmente confirmariam essa estratégia (como os rumorosos sequestros de embaixadores e a guerrilha do Araguaia) só aconteceram ou foram conhecidos pelos militares posteriormente. Embora o PCdoB tenha fixado alguns militantes às margens do Rio Araguaia já em 1967, o fato ainda não era do conhecimento dos militares. O famoso sequestro do

embaixador dos Estados Unidos deu-se em setembro de 1969, depois do AI-5, mas os termos do Ato Institucional já vinham sendo discutidos no âmbito do governo desde muito tempo: o general Emílio Garrastazu Médici, chefe do SNI, solicitou ao presidente Costa e Silva, em julho de 1968, um instrumento como o AI-5. Mais importante, o famoso sistema conhecido como “DOI-CODI” foi implantado antes do sequestro, em julho de 1969 (FICO, 2001, p. 62).

Nesse contexto, o AI-5 permitiu que os órgãos de segurança utilizassem a repressão para atingir os adeptos da via armada, mas também militantes envolvidos em outras estratégias de luta contra a ditadura e pessoas sem histórico de participação em atividades políticas. A irradiação da violência tornou-se possível no momento em que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) não definiu de forma clara em suas diretrizes quem era o inimigo interno – teoricamente infiltrado de forma vertical em todos os níveis da sociedade –, que devia ser eliminado. A dificuldade em conceituar e identificar o inimigo interno tornava qualquer pessoa, envolvida ou não em ações políticas, suspeita perante o Estado. Por esse motivo, o mecanismo repressivo vigiava, além dos partidos e organizações de esquerda, a sociedade com um todo, associando qualquer atitude de insatisfação política ao movimento comunista internacional.

Na interpretação de Maria Helena Moreira Alves (2005), o AI-5 permitiu o uso da violência indiscriminada pelo Estado brasileiro, ao consentir que os órgãos de segurança empregassem práticas como a tortura, contra qualquer sujeito considerado inimigo interno, a partir das premissas da DSN. Em perspectiva semelhante, Padrós (2005) enfatiza que o AI-5 permitiu a instauração do Terrorismo de Estado (TDE) no Brasil, ao conceder os subsídios institucionais que o aparelho estatal

precisava para fazer uso de métodos repressivos ilegais, com o objetivo de acabar com as ações dos setores de oposição.

Constata-se assim que a saída para o exílio, no início da década de 1970, foi um dos resultados do emprego sistemático de métodos terroristas no Brasil. Ou seja, militantes de várias organizações armadas, diante da ameaça concreta de morte, resolveram abandonar o país, tornando o exílio uma opção de sobrevivência ou de recuo estratégico para reorganizar forças gravemente atingidas. O destino escolhido pela maioria dos brasileiros foi o Chile, governado no período por Salvador Allende, representante de uma coalização de organizações e partidos de esquerda, a Unidade Popular³ (UP), que pretendia implantar o socialismo no país sem romper com os parâmetros institucionais. Inédito em nível mundial, esse plano atraiu militantes de esquerda brasileiros e latino-americanos, interessados em acompanhar, apoiar ou mesmo integrar a experiência chilena de implantação do socialismo.

Os brasileiros exilados não ficaram imunes aos debates e controvérsias que envolviam a experiência socialista chilena. Dessa forma, parte dos militantes, em contato com a realidade chilena, abandonou a via armada, e resolveu prestar apoio ao governo Allende, estabelecendo relações políticas com partidos e organizações que integravam a UP. A outra parte manteve a opção pelas armas, dedicando o tempo no exílio para organizar um esquema de envio de militantes para o Brasil, com o

³ Coalición política integrada por los partidos Socialista, Radical, Comunista e Socialdemócrata, el Movimiento de Acción Popular Independiente (API) y el Movimiento de Acción Popular Unitario (MAPU). Disponível em: <http://www.archivochile.com/S_Allende_UP/doc_de_UP/SAdocup0002.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

objetivo de retomar as ações armadas em território nacional. Um terceiro setor, também vinculado à luta armada, decidiu integrar os quadros do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR), na tentativa de compor um movimento revolucionário regional.

A diferença básica entre esses dois últimos setores era que o primeiro, formado por organizações de esquerda como a VPR, previa o engajamento no movimento revolucionário regional a partir de uma luta desencadeada em território brasileiro. O segundo, no qual se encontravam integrantes da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP ou POLOP) e do Partido Operário Comunista (POC), por outro lado, defendia o início das ações revolucionárias no Chile, com a união de organizações de esquerda brasileiras, chilenas e de outros países da América Latina em torno de um movimento de caráter internacionalista. Essa divergência estratégica, porém, não impediu que brasileiros dos dois setores frequentassem os mesmos cursos de formação política e treinamento militar em determinadas áreas do território chileno, nas quais compartilhavam experiências e interagem com militantes do MIR, da ala rupturista do Partido Socialista⁴ (PS) e de organizações de esquerda bolivianas, argentinas, uruguaias e cubanas.

O enfoque do presente artigo, porém, baseia-se na preocupação que a ditadura brasileira expressou com os ativistas do segundo setor, temendo que o retorno dos mesmos propiciasse o recomeço das ações armadas no Brasil. Assim, a base do CIEX e a agência da DSI/MRE,

⁴ O Partido Socialista (PS) chileno dividia-se em ala gradualista e rupturista; a primeira defendia a implantação do socialismo no Chile através da via eleitoral e a segunda, da via armada.

instaladas nas dependências da Embaixada Brasileira em Santiago, passaram a monitorar as atividades desses exilados. Tal vigilância acompanhou o governo Allende (1970-1973) e permaneceu ativa após o golpe civil-militar de 11 de setembro de 1973, que desencadeou uma onda de violência estatal responsável por perseguir, prender, torturar e assassinar chilenos e estrangeiros que se encontravam no Chile, obrigando os brasileiros a partirem para o exílio em outros países, entre os quais a Argentina.

O monitoramento dos brasileiros exilados no Chile

Um relatório produzido pelo SNI no começo de 1972, intitulado “o movimento subversivo na América Latina – a subversão no Cone Sul”, chamava a atenção da comunidade de informações brasileira para a disseminação da propaganda ideológica comunista pelos países da região. Tal movimento, de acordo com o documento do SNI, iniciou no Uruguai, na segunda metade da década de 1960, e se estendeu nos anos seguintes para o Chile que, após a vitória de Salvador Allende em 1970, tornou-se o “centro intelectual” do movimento revolucionário regional. Cuba, por outro lado, era percebida como o local do “centro operacional” da guerrilha, oportunizando aos militantes que colocariam em andamento a luta revolucionária, treinamento em táticas de guerrilha:

O movimento revolucionário de inspiração comunista na América Latina vem tomando, cada vez mais, o caráter continental, onde não mais estão sendo reconhecidas as fronteiras físicas; e dentro desta concepção vem recebendo o essencial respaldo em território chileno, onde subversivos de nacionalidade uruguaia, argentina, paraguaia, boliviana e

particularmente brasileira, vem encontrando condições objetivas desejáveis – seu habitat – para a elaboração e articulação dos planos subversivos destinados à transformação ideológica do continente [...]. Em função das facilidades geradas pela ascensão de SALVADOR ALLENDE no CHILE, o polo de irradiação e maquinação de atividades contrárias as democracias existentes no subcontinente sul-americano deslocou-se para aquele país, provenientes do Uruguai. Procurando aglutinar-se em torno de um plano subversivo continental, a atividade antidemocrática na América do Sul volta suas vistas principalmente para o BRASIL.⁵

O relatório, ao mesmo tempo em que destacou a formação de um movimento revolucionário no Cone Sul, salientou a importância que a esquerda atribuía ao Brasil no cenário regional. O papel de destaque, segundo o SNI, devia-se ao fato de organizações como o *Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros* (MLN-T) uruguaio e o MIR chileno, ambos fundados em 1965, e o *Ejército de Liberación Nacional* (ELN) boliviano, criado em 1967, considerarem o país uma potência subimperialista⁶ no continente, adotando posicionamentos políticos, econômicos, sociais e culturais alinhado aos interesses do governo estadunidense. O documento

⁵ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 03/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

⁶ “Nos últimos anos, a expressão acentuada dessas tendências no Brasil nos levou a falar de um subimperialismo [...]. Limitar-nos-emos a indicar que, em sua dimensão mais ampla, o subimperialismo não é um fenômeno especificamente brasileiro nem corresponde a uma anomalia na evolução do capitalismo dependente. É certo que são as condições próprias da economia brasileira que lhe permitiram levar bem adiante a sua industrialização e criar inclusive uma indústria pesada, assim como as condições que caracterizam a sua sociedade política, cujas contradições têm dado origem a um Estado militarista de tipo prussiano, as que levaram o Brasil ao subimperialismo, mas não é menos certo que esse não é nada mais do que uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (MARINI, 1973, p. 76).

ressalta ainda que a chegada das Forças Armadas ao poder executivo do país em 1964, alertou essas organizações para a possibilidade dos militares implantarem regimes semelhantes em seus países, com perfis, justificativas e objetivos próximos ao brasileiro.⁷

A previsão do MLN-T, MIR e ELN, expressa no relatório do SNI, se concretizou na década seguinte, quando uma sequência de golpes resultou na instauração de ditaduras de SN nos países de origem dessas organizações. O primeiro golpe ocorreu na Bolívia, em 21 de agosto de 1971, ocasionando a derrubada do presidente nacionalista Juan José Torres e a ascensão do general Hugo Banzer ao poder; o segundo, no Uruguai, em 27 de junho de 1973, quando o presidente Juan María Bordaberry, com o apoio das Forças Armadas, oficializou o regime de exceção ao destituir o Parlamento e instaurar um Conselho de Estado no país e o terceiro atingiu o Chile, em 11 de setembro de 1973, quando uma Junta Militar derrubou o governo Allende e assumiu o controle político do país.

Na segunda parte do relatório, o SNI ainda acrescentou detalhes sobre as movimentações de organizações de luta armada brasileiras no Chile. Tais grupos estariam realizando treinamento em táticas de guerrilha, orientados pelo ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira e agentes cubanos. Conforme o órgão de segurança, Cerveira foi nomeado “líder militar” do movimento guerrilheiro que seria colocado em prática no meio

⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 03/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

rural brasileiro pelo presidente de Cuba, Fidel Castro.⁸ Em seu depoimento, Cláudio Gutiérrez, militante que integrou os quadros da VPR durante o exílio no Chile, confirmou a liderança que Cerveira exercia sobre um grupo de ativistas exilados em Santiago, que preparavam o retorno ao Brasil para dar prosseguimento à luta armada, mas isso não significava que fosse o coordenador, como indicou o SNI, desse movimento revolucionário brasileiro, até porque as organizações de esquerda mantiveram no exílio chileno, as diferenças estratégicas e táticas do período de militância em território nacional.⁹ O aparelho repressivo, porém, tratava Cerveira como o líder militar do processo revolucionário brasileiro, motivo pelo qual o CIEX e a DSI/MRE vigiavam com afincamento suas atividades no exterior, provavelmente por se tratar de um ex-major com preparação militar e formação ideológica, uma vez que ele integrou o quadro de políticos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) antes do golpe de 1964.

Outro brasileiro perseguido foi Isidoro Gutiérrez.¹⁰ De acordo com o SNI, o militante era um dos principais articuladores de contatos entre as organizações de esquerda brasileiras, bolivianas, chilenas, argentinas e uruguaias, nas décadas de 1960 e 1970. Segue o órgão de segurança afirmando que o militante iniciou tais atividades durante o exílio no Uruguai, entre os anos de 1965 e 1970, período no qual estabeleceu uma rede de comunicação com ativistas de esquerda bolivianos, que o

⁸ Idem.

⁹ GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

¹⁰ Isidoro Gutierrez foi vereador pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na cidade de Uruguaiana. Após o golpe de 1964, exilou-se no Uruguai, onde passou a fazer contatos com organizações de esquerda de outros países da região.

convidaram para residir na Bolívia, presidida na época pelo general nacionalista Juan José Torres. As inter-relações do brasileiro com Torres foram de tal forma satisfatórias, segundo análise do documento citado, que o presidente nomeou Isidoro “embaixador itinerante” do governo boliviano no exterior, lhe atribuindo duas tarefas principais; a primeira era negociar com o serviço diplomático chinês a criação de um instituto cultural no país; a segunda era tratar com dirigentes da resistência brasileira exilada principalmente em Santiago, detalhes de rotas de passagem e de bases de apoio que pretendia abrir na Bolívia.¹¹ Cláudio Gutierrez confirmou, em seu depoimento, que Isidoro mantinha conexões com o governo chinês e com organizações de esquerda do Cone Sul, realizando viagens constantes entre as cidades de Santiago, La Paz, Buenos Aires e Montevidéu.¹²

Na interpretação do SNI, as atividades de exilados como Joaquim Pires Cerveira e Isidoro Gutiérrez evidenciavam a vinculação entre organizações de luta armada brasileiras e de outros países do Cone Sul, durante o exílio no Chile. A constituição dessa rede política poderia resultar na formação de movimento revolucionário regional que, de acordo com o órgão de segurança, seguiria as seguintes diretrizes operacionais:

Pretende-se estabelecer uma união entre as cúpulas subversivas brasileiras, uruguaias, bolivianas e argentinas; - é necessário aproveitar o Chile para servir de base ao trabalho comum na

¹¹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

¹² GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

BOLÍVIA, URUGUAI, BRASIL e ARGENTINA; - no momento, o esforço principal deve ser o de ajudar os companheiros bolivianos, dada a receptividade da massa boliviana e a instabilidade do governo BANZER; [...]; - o trabalho coletivo (e aprovado pelo governo chileno) servirá de cortina de fumaça para o trabalho revolucionário clandestino, desenvolvido em uma escola de guerrilhas, na formação de técnicos em “diferentes modalidades de destruição”, na formação ideológica e na preparação de elementos especializados no comando de pequenas unidades de combate; - deverá ser estabelecida em Santiago uma infraestrutura para a passagem de professores e alunos, sua seleção e segurança;-convite para que um grupo visite Santiago e estude as possibilidades de estabelecimento do “movimento”.¹³

Cabe destacar que o MLN-T, o ELN, o MIR e o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (PRT-ERP) argentino constituíram, posteriormente, a *Junta de Coordinación Revolucionaria* (JCR). As organizações de esquerda brasileiras, porém, não foram citadas no documento oficial de formação da JCR, publicado em novembro de 1974.¹⁴ Em seu depoimento Cláudio Gutiérrez relatou que a formação da JCR começou a ser discutida no começo dos anos de 1970, quando organizações de esquerda de toda a região se aproximaram para realizar cursos em táticas de guerrilha no Chile. Sobre isso, o militante declarou: “no treinamento que nós tivemos tinha *Tupamaros*, tinha o pessoal do ELN, se discutia a constituição dessa Junta, que vai acontecer bem depois, porque aqui nós estamos em 70, 71 [...], mas na época era discutida a Junta de Coordenação Revolucionária”. A VPR, organização de esquerda da

¹³¹³ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

¹⁴ Junta de Coordinación Revolucionaria (JCR). Comunicado. Disponível em: <<http://www.cedema.org/ver.php?id=91>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

qual o militante fazia parte, entretanto, não se envolveu diretamente em debates sobre a constituição da JCR, pois estava reunindo seus esforços no projeto que previa o prosseguimento do movimento revolucionário no Brasil.¹⁵

Ao tratar dessa temática, Aldrighi e Waksman (2015) pontuaram que os coordenadores da JCR colocaram em debate no período, a integração da esquerda brasileira ao projeto revolucionário, mas que tal ideia foi abandonada depois que constataram a falta de unidade dos diferentes grupos que a compunham e a presença de agentes da repressão infiltrados entre seus militantes. Como exemplo, os historiadores citaram o caso de dois ex-militares – Anselmo dos Santos ou Cabo Anselmo e Alberi Vieira dos Santos – que haviam se infiltrado nas atividades da esquerda brasileira ainda na década de 1960. Sendo assim, as organizações de esquerda brasileiras não chegaram a integrar de forma efetiva a JCR.

Tal fato não impediu o aparelho repressivo de vigiar a comunidade de exilados, como demonstraram os informes a respeito das atividades de Isidoro Gutiérrez no Chile, Argentina e Uruguai, entre a metade e o final de 1973. No mês de junho, por exemplo, a DSI/MRE relatou que Isidoro teria viajado de Santiago para Buenos Aires, onde manteve contato com o ex-almirante Cândido Aragão, o ex-presidente da Bolívia, Juan José Torres e o “militante” Alberto Conrado, antes de seguir para Montevidéu.¹⁶ Após o golpe de 11 de setembro no Chile, o monitoramento se manteve, como

¹⁵ GUTIÉRREZ, Cláudio. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

¹⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 10/50. Chile. Uruguai. Atividade de IZIDORO ANTONIO VIANNA GUTIERREZ. 22 de junho de 1973.

demonstra o documento que trata da partida de Isidoro para a Argentina, seguindo uma rota que incluiu Arica, Lima e Buenos Aires.¹⁷

Outro documento produzido pela DSI/MRE no dia 19 de setembro de 1973, orientava os funcionários das Embaixadas Brasileiras localizadas em Lima, Assunção, Buenos Aires, La Paz, Montevidéu e México, a encaminhar um pedido de colaboração às autoridades locais, para elaborar uma lista com o nome de todos os brasileiros que desembarcassem em tais países após essa data.¹⁸ Cabe salientar que, a partir do golpe de 11 de setembro no Chile, o compartilhamento de dados e a realização de operações em conjunto pelos serviços secretos dos países do Cone Sul se intensificou de forma progressiva, com o objetivo de atingir opositores políticos desses regimes que haviam se estabelecido no exterior.

A formação desse operativo repressivo não teriam se tornado possível sem a disseminação por parte do governo estadunidense, dos preceitos da DSN às Forças Armadas da região. Para Comblin (1980) a DSN, baseada nos parâmetros da geopolítica, entendia o Estado como um organismo vivo, que priorizaria a expansão de sua área de influência. A doutrina também trabalhava com o conceito de guerra total, ou seja, na existência de um conflito permanente, não delimitado por diretrizes políticas, cujo objetivo seria a aniquilação completa do inimigo. No

¹⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

¹⁸ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BRAN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX, 23, p. 51/151. Subversivos brasileiros no Chile. Eventual fuga do país. 19 de setembro de 1973.

contexto da Guerra Fria, os Estados Unidos, as Forças Armadas e as polícias da América Latina passaram a avaliar qualquer questionamento ou tentativa de alteração no poder constituído, como ação do comunismo internacional. Contudo, entre as diversas formas de oposição e organização popular contra o *establishment*, as organizações armadas foram as visadas com maior urgência pelo aparelho estatal.

Padrós (2005) definiu a DSN como uma espécie de “esqueleto teórico”, que estabeleceu seus parâmetros baseada na existência da Guerra Fria e da bipolaridade. Nesse sentido, o mundo vivenciaria um conflito permanente entre dois inimigos: o comunismo bárbaro, representado pela União Soviética, e o capitalismo, responsável pela liberdade no Ocidente, cujo principal expoente eram os Estados Unidos. Nesse contexto, caberia aos países da América Latina, por razões geográficas, políticas e econômicas, manterem-se alinhados ao governo estadunidense, com o objetivo de combater o “avanço comunista” na região (p. 184).

Seguindo tais parâmetros, as Forças Armadas da América Latina passaram a considerar a guerra revolucionária ou subversiva, um perigo iminente à estabilidade regional, mudando as táticas utilizadas no combate aos setores de oposição. Conforme Padrós e Marçal (2009), os militares redefiniram o papel das fronteiras políticas, nacionais e territoriais de seus países, que deixaram de funcionar como barreiras de proteção aos grupos que organizavam movimentos de contestação às ditaduras de SN instauradas nos países da região, a partir do exílio. Desse panorama se constituiu o conceito de “fronteiras ideológicas”, baseado na necessidade de combater o “inimigo interno” em território nacional e no estrangeiro.

A partir dessa interpretação, o subversivo, mesmo na situação difícil de refugiado ou preso pela ditadura de outro país, sem condições reais de organizar movimentos de oposição, permanecia sendo tratado como um inimigo interno que, na lógica do aparelho estatal, devia ser vigiado, perseguido e, em situações específicas, eliminado em terras estrangeiras. Esses dados revelam o porquê das organizações de esquerda brasileiras, mesmo sem integrarem de forma efetiva nenhum movimento revolucionário em âmbito regional, permaneceram como alvo constante de vigilância por parte do aparato repressivo estatal.

O monitoramento dos brasileiros exilados na Argentina

O deslocamento de um número significativo de brasileiros do Chile para a Argentina, entre o final de 1973 e o início de 1974, reforçou o monitoramento sobre os exilados que estavam de passagem ou que ali pretendiam se estabelecer. Em alguns casos, essa vigilância forneceu os dados que as equipes brasileiras necessitavam para montar operações contra os refugiados no país vizinho. Um dos casos que se enquadram nessa situação foi o dos banidos, Joaquim Cerveira e João Batista Rita, sequestrados em Buenos Aires, no começo do mês de dezembro. As atividades do ex-major no Chile, foram vigiadas por agentes do CIEX e de outros órgãos de segurança, como demonstra o informe do CISA, produzido em agosto de 1973, que relatou as transformações físicas sofridas por ele no exílio: “o subversivo e banido brasileiro JOAQUIM PIRES CERVEIRA [...] usa atualmente óculos claros e está com os cabelos grisalhos. Esses sinais característicos lhe proporcionam um

aspecto bem diferente das fotografias constantes da relação de banidos em referência”.¹⁹

O aparelho repressivo brasileiro, entretanto, não conseguiu vigiar a saída de Joaquim Cerveira do Chile depois do golpe de 1973, porque ele seguiu uma rota clandestina para atravessar a fronteira do país e chegar até Buenos Aires. Conforme as declarações de Alberto Conrado, no momento em que se estabeleceu na capital argentina, Cerveira e o companheiro de militância, João Batista Rita, foram localizados e passaram a ter suas atividades vigiadas pelo Adido Militar do Exército que prestava serviço na Embaixada Brasileira na capital argentina. Tal fato resultou no sequestro dos dois militantes:

MAURÍCIO GRADEL [...] foi por indicação de uma organização argentina para avisar a CARLOS OLAVO DA CUNHA de que em Buenos Aires tinha caído o banido ex-major CERVEIRA e outro banido chamado JOÃO BATISTA RITA [...]. GRADEL disse que um elemento, dizendo-se da "Interpol", brasileiro, ia à frente do grupo de policiais que foi na casa de CERVEIRA em Buenos Aires de onde levaram papéis, endereços, etc. O agente foi alertado por ADILSON PIMENTEL (pois este vira o agente várias vezes com CERVEIRA no Chile). Como o agente sabe que CERVEIRA possui o telefone de sua casa e não se recorda se o endereço, tendo em vista a gravidade da situação (pois fala-se num comando argentino no Brasil), resolveu sair de casa e rasgar qualquer papel comprometedor. Segundo GRADEL, o brasileiro está identificado como pessoa ligada ao Adido Militar na Argentina e penetração dos peronistas de esquerda afirma que o Adido Militar brasileiro está comprometido com esse caso

¹⁹ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 37A.241. Subversivos brasileiros no Chile. 01 de agosto de 1973.

e a informação está sendo passada a todos os níveis das várias organizações armadas argentinas.²⁰

O jornalista uruguaio Alberto Conrado – de codinome “Altair”, “Zuleica”, “Johnson” ou “Carlos Silveira” –, responsável pelo repasse dos detalhes desse sequestro à comunidade de informações no Brasil, foi identificado como um dos agentes do CIEX, infiltrado entre as organizações de esquerda brasileiras em atividade no exterior²¹. Cabe enfatizar que o CIEX, diferentemente da DSI/MRE, era um órgão de segurança que não integrava o organograma oficial do Itamaraty, funcionando como uma divisão encoberta, reunindo informações obtidas por agentes que atuavam de forma clandestina entre a comunidade de exilados brasileiros estabelecida em países da América e Europa.

Na visão de Schulz (1990), uma das características do TDE consiste na possibilidade do aparato repressivo aplicar táticas encobertas de violência, como a tortura, o sequestro, o assassinato e o desaparecimento, com o objetivo de atingir opositores, sem atender minimamente as diretrizes humanitárias básicas estabelecidas pela ordem jurídica internacional. Desse modo, os órgãos de segurança que compunham o sistema clandestino de repressão – como o CIEX – não estavam sujeitos às limitações normalmente impostas ao exercício da violência, podendo utilizar métodos terroristas de forma indiscriminada

²⁰ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 304/812. Situação atual na Argentina. Reflexos no Uruguai. 14 de dezembro de 1973.

²¹ Alberto Conrado montou um relatório de oitocentas e doze páginas, no qual forneceu detalhes sobre as atividades de espionagem que efetuou sobre a comunidade de brasileiros residentes no Uruguai, Chile e Argentina, bem como sobre viagens realizadas para países da América e da Europa.

contra cidadãos conceituados como inimigos internos, sem enfrentar qualquer problema de legitimidade interna ou externa (p. 27 e 38).

Baseando-se em tais diretrizes, Alberto Conrado tinha liberdade para atuar contra os brasileiros exilados na Argentina, como demonstra o relatório no qual o agente criticou a atuação do Adido Militar da Embaixada Brasileira em Buenos Aires. Um dos pontos citados foi a falta de discrição demonstrada pelo militar ao discutir assuntos de interesse da comunidade de informações brasileira, atitude que possibilitou ao serviço secreto argentino identificar os nomes dos principais agentes em atividade no país.²² De acordo com a Comissão Nacional da Verdade²³ (CNV), o militar citado por Conrado era o major Floriano Aguilar Chagas, que atuou como Adido do Exército naquela representação diplomática, entre os anos de 1973 a 1975. Nessa fase, o major manteve contato com o serviço secreto argentino e chileno e se envolveu no desaparecimento de Joaquim Cerveira e João Batista Rita, em 05 de dezembro de 1973.²⁴

A família de Joaquim Cerveira, desde o desaparecimento, concentrou seus esforços na tentativa de elucidar as circunstâncias nas quais ocorreu o episódio em Buenos Aires. No início de 1974, a filha do

²² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 304/812. Situação atual na Argentina. Reflexos no Uruguai. 14 de dezembro de 1973.

²³ No ano de 2011, o governo brasileiro instaurou uma Comissão Nacional da Verdade (CNV), com o objetivo de investigar as violações cometidas pelo Estado, no período compreendido entre 1946 e 1988. Em seu relatório final, publicado em dezembro de 2014, a CNV reconheceu que os métodos repressivos utilizados pela ditadura excederam os limites institucionais, confirmando o envolvimento do Brasil na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração repressiva estruturados no Cone Sul.

²⁴ Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Vol. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

ex-major, Neusah Cerveira (2007), foi informada por telefone que o pai e o estudante João Batista Rita haviam sido sequestrados na capital argentina. Logo, a família viajou ao país vizinho, com o objetivo de reunir informações sobre o ocorrido, mas os órgãos de segurança locais negaram qualquer envolvimento no caso. Antes de retornar ao Brasil, a família contatou três advogados que continuaram tomando providências para esclarecer o episódio. Um dos juristas, Roberto Sinigaglia começou a receber ameaças por telefone, sendo alertado a abandonar o “caso dos brasileiros”. Diante dessa situação, a esposa do ex-major, Maria de Lourdes Cerveira entrou em contato com a Anistia Internacional e a Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), recebendo como resposta de Odrich Hasselman as seguintes informações:

O sr. Hasselman já estava inteirado do assunto e me informou, no dia 19 de fevereiro de 1974, que um exilado brasileiro, residente na Bélgica, havia feito uma denúncia em Genebra ao Alto Comissariado da ONU, príncipe Sadrudin Aga Khan. Denúncia esta que dizia ter visto Cerveira e Rita Pereda, na noite de 12 para 13 de janeiro de 1974, na prisão da polícia do Exército da rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, onde chegaram de São Paulo numa ambulância fortemente guardada (CERVEIRA, 2007, p. 90).

Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita foram sequestrados em Buenos Aires numa operação conjunta, montada por órgãos de segurança brasileiros e argentinos, retornando ao Brasil, onde acabaram assassinados pela repressão. O episódio também estava vinculado ao desaparecimento do francês Jean Henri Raya Ribard e do argentino Antonio Luciano Pregoni, no mês anterior, em território brasileiro. Julio Cesar Robles, durante depoimento concedido aos relatores da CNV, confirmou a realização de uma série de reuniões entre o ex-major e os militantes da

esquerda argentina na capital do país, nas semanas que se seguiram ao golpe no Chile. Segundo Robles, a aproximação entre o grupo de Cerveira e o de Ribard e Pregoni, ocorreu por intermédio da militante montonera Alicia Eguren, empenhada na época em angariar apoio financeiro aos brasileiros que haviam fugido da repressão chilena.²⁵

As afirmações realizadas por Julio Cesar Robles à CNV corroboraram os dados do relatório de Alberto Conrado, que além de interagir com a esquerda brasileira, mantinha contatos regulares com organizações de luta armada argentinas. Por essa razão, em maio de 1974, Conrado foi enviado ao Brasil por Alicia Eguren, com o objetivo de buscar notícias sobre um grupo de argentinos que desapareceu ao realizar uma viagem para a cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 1973. Alicia enviou o agente devido à pressão que estava sofrendo por parte de familiares e companheiros de militância, ansiosos por receber informações sobre o paradeiro dessas pessoas, já que ela foi responsável por apresentá-los ao grupo liderado por Joaquim Pires Cerveira:

Como único indício, a organização argentina possuía um endereço, Avenida Atlântica, 3150, apartamento 201, que os argentinos tinham escrito para Buenos Aires dando esse remetente. Mas, sucede que checado o referido endereço, resulta que o mesmo é falso, morando aí um Inspetor do Banco do Brasil, que acreditamos não estar envolvido em nada. Esse falso endereço deve ter sido dado pelo tal "GAÚCHO". Depois de muito custo, foi possível falar com um componente da organização, um tal de GERÓNIMO (que estivera antes no Chile), o qual negou rotundamente que ele ou os demais componentes da organização tivesse tido qualquer contato com qualquer cidadão estrangeiro nem sequer brasileiro vindos do

²⁵ Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Vol. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

exterior. Através dele conseguimos falar com uma mulher, "Mônica", que pertence a outro setor da organização separada do primeiro, que igualmente disse que pelo "seu lado a organização não teve qualquer contato com subversivos estrangeiros".²⁶

Os desdobramentos desse episódio resultaram ainda na perseguição da família do ex-major pelos órgãos de segurança brasileiros, trazido a tona por um relatório do CISA, que alertou a comunidade de informações no Brasil a respeito de uma viagem realizada por Maria de Lourdes Cerveira até a Argentina, em 30 de janeiro de 1974.²⁷ A militante Alicia Eguren, contato entre o grupo de Cerveira e os montoneros em Buenos Aires, responsável pelo envio de Alberto Conrado para investigar o destino dos argentinos desaparecidos em território brasileiro, três anos mais tarde também foi sequestrada por agentes do aparelho repressivo argentino, encaminhada à *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA) e se encontra desde então, na lista das trinta mil pessoas desaparecidas no país vizinho durante a ditadura.²⁸

O envio de agentes para torturar brasileiros presos no Chile, o desaparecimento de militantes brasileiros na Argentina e de ativistas de esquerda argentinos no Brasil, foram o resultado da colaboração repressiva que começou a se formar em meados da década de 1960 e

²⁶ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 262/812. 02 de maio de 1974.

²⁷ Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 115.167. MARIA DE LOURDES ROMAZINI PIRES CERVEIRA. 01 de fevereiro de 1974.

²⁸ Artículo de personas desaparecidas. Disponível em: <<http://www.bcconsultores.com.ar/articulos/fallos/1257414585.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

entrou numa nova fase após o golpe de 11 de setembro de 1973. Tais conexões repressivas resultaram, em 1975, na formação da Operação Condor que abrangeu três fases distintas.²⁹ As conexões mantidas entre os aparatos repressivos do Brasil, Chile e Argentina nesse período, por exemplo, compreenderam o começo da fase dois (operativos conjuntos na América Latina) e os primeiros sinais do que seria a fase três da Operação Condor (missões na Europa e nos EUA), com o assassinato de opositores políticos exilados em outros países.

Dinges (2005) aponta que essa nova fase iniciou com o assassinato do ex-general Carlos Prats e sua esposa Sofia Cuthbert, no dia 30 de setembro de 1974, em Buenos Aires. Prats foi o principal apoiador do governo de Salvador Allende nas Forças Armadas e o único oficial que, devido à influência exercida sobre parte do Exército, poderia ameaçar o poder da Junta Militar chilena. Por esse motivo, o ex-general foi perseguido e preso depois do golpe e, após ser libertado do centro de detenção em Santiago, forçado a abandonar o país com a família. Durante o exílio em território argentino, Prats começou a escrever suas memórias e dar declarações à imprensa que afetavam a imagem da ditadura chilena no exterior. Para eliminar essa ameaça aos seus interesses, Augusto Pinochet ordenou que o agente da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), Michael Townley, montasse uma operação para assassinar o ex-general, que

²⁹ O sistema criou uma elaborada infraestrutura de Inteligência multilateral com um escritório central no Chile e filial em cada país. Esses elementos – informação, comunicação e a colocação de pessoal operacional – geraram uma enorme capacidade potencial de atividade internacional. Não podia haver ilusões sobre como pretendiam usar essa capacidade. Contreras deixou claro no discurso de abertura do encontro que o Condor estava sendo criado para capturar e interrogar seus inimigos esquerdistas ainda na América Latina, e para “eliminar” aqueles que viviam como exilados em outras regiões do mundo (DINGES, 2005, p. 190).

culminou com a explosão de uma bomba que tirou a vida de Prats e sua esposa, em terras estrangeiras em 1974.

O caso da Argentina tornou-se emblemático porque o golpe de março de 1976 no país fechou o ciclo de instauração de ditaduras de SN no Cone Sul. Por essa razão, a ditadura argentina pode adaptar às especificidades do seu contexto e da sua história as práticas experimentadas anteriormente nos países vizinhos. O ruído produzido pelas campanhas de denúncias organizadas por brasileiros e chilenos no exílio, por exemplo, motivaram os militares argentinos a evitar a expulsão de opositores políticos para o exterior. Ao invés disso, o aparelho repressivo argentino se especializou no desaparecimento de militantes de esquerda, com a utilização de meios como os “voos da morte” – nos quais os presos políticos eram jogados vivos de aviões sobre o Rio da Prata e o Oceano Atlântico.

Na fase que antecedeu o golpe de 1976, a comunidade de brasileiros exilados na Argentina sofreu os efeitos do clima de violência e impunidade que já vigorava no país, governado pela presidenta Isabel Perón. No começo de 1974, por exemplo, o militante João Carlos Bona Garcia foi procurado pelo ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Alberi Vieira dos Santos, que tentou persuadi-lo a acompanhar um grupo que se organizava para voltar ao Brasil e retomar a luta armada. Alberi garantiu a Bona que possuía meios de obter documentação falsa, tornando mais fácil e segura a travessia pela região de fronteira entre os dois países. Bona desconfiou da proposta porque Alberi mantinha conexões com o líder da VPR, Onofre Pinto, pessoa próxima ao cabo Anselmo, militar que a organização constatou ser agente infiltrado da

ditadura entre as organizações de esquerda brasileiras no exterior: “fiquei desconfiado, era muita facilidade”. Em outra ocasião, as atividades do agente quase provocaram a morte de Bona Garcia: “ele marcou um encontro comigo num lugar onde já estava esperando um grupo de peronistas que também desconfiava do Alberi. Quando eu cheguei, me tomaram por ele e queriam me matar. A muito custo consegui me explicar. O sargento Alberi me usou como isca” (BONA GARCIA; POSENATO, 1989, p. 148). Após esses eventos, o militante avaliou o perigo de permanecer em Buenos Aires e decidiu se exilar na Argélia.

Os integrantes e simpatizantes da VPR que acompanharam Onofre Pinto no retorno ao Brasil, foram capturados durante a travessia pela região de fronteira e fuzilados pela repressão brasileira. Seus cadáveres acabaram desaparecidos. Aluizio Palmar, em seu depoimento à CNV, em Foz do Iguaçu, relatou que depois do golpe no Chile, se instalou na Argentina, onde manteve contato com esses militantes: “havia um grupo que estava em contato comigo em Buenos Aires. Esse grupo era composto de Onofre Pinto, do Joel de Carvalho, Daniel de Carvalho e do José Lavecchia”. Assim como acontecera com Bona Garcia, Aluizio também foi convidado para retornar ao Brasil utilizando uma rota que seguiria por Santo Antônio do Sudoeste, mas acabou não aceitando o convite por não acreditar na via armada como um método de luta eficaz naquele contexto brasileiro. Após receber um comunicado sobre o desaparecimento do grupo na região de fronteira, Aluizio tentou obter informações a respeito do que de fato teria ocorrido com esses militantes, mas não obteve sucesso: “nenhum desses quatro apareceu, nenhum desses quatro estava na Europa, ainda nenhum desses quatro estava em

Cuba, lugar nenhum”. Após retornar ao país, em 1979, Aluízio passou a investigar os fatos relacionados a esse evento e descobriu que além dos quatro militantes listados, acompanhavam o grupo Vitor Ramos e o argentino Enrique Ruggia.³⁰ A execução do grupo, que ficou conhecida como Chacina do Parque Nacional do Iguaçu, segundo a CNV, ocorreu da seguinte forma:

A rota para o retorno dos militantes foi estabelecida pelos contatos de Alberi nesses países e contou com o apoio do agente infiltrado do CIE em Foz do Iguaçu, Otavio Rainolfo da Silva, que atuou como Otavio Camargo, apoio da VPR no Paraná. Na operação, participou também uma rede de militares, integrada, entre outros, pelo coronel da reserva Paulo Malhães. Onofre Pinto e os demais integrantes do grupo foram levados por Alberi e Otavio a um sítio no interior do Paraná, depois de partirem de Buenos Aires, em 11 de julho de 1974. No dia 13, os dois infiltrados seguiram com Enrique Ruggia, Joel e Daniel Carvalho, Jose Lavecchia e Victor Ramos para o Parque Nacional do Iguaçu. Na chegada ao local combinado com Alberi e Otavio, os cinco militantes foram executados. Horas depois, a dupla de agentes conduziu Onofre Pinto pelo mesmo caminho. Ao pressentir algo estranho, o líder da VPR correu, mas foi alcançado, preso e levado para Foz de Iguaçu, onde acabou morto após vários interrogatórios.³¹

Dessa forma, desapareceram na região de fronteira entre o Brasil e a Argentina, no ano de 1974, os brasileiros Onofre Pinto, Joel de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavecchia, Victor Ramos e Enrique Ruggia. Na definição de Gatti (2017) “desaparición” significa

³⁰ PALMAR, Aluízio. Depoimento Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_ci.06.2013.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

³¹ Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Vol. 1. Brasil. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.

“despropósito, ausencia, paradoja, vacío, sinrazón, descivilización, incertidumbre, imposibilidad, irrepresentabilidad” e o desaparecido, “un no vivo no-muerto, un ausente-presente”. Para o sociólogo, a abrangência alcançada pelo fenômeno na década de 1970, com o desaparecimento de milhares de opositores políticos, sobretudo na Argentina, trouxe a necessidade de novas definições, que originaram a categoria de “detenido-desaparecido”. O termo englobava os sujeitos sequestrados, torturados, assassinados e, posteriormente, desaparecidos, pela ação dos aparelhos repressivos a serviço das ditaduras do Cone Sul.

Para Anstett (2017) o “detenido-desaparecido” se constituiu numa categoria particular de desaparecimento adotada por essas ditaduras, em razão do tratamento especial que esses regimes destinaram aos corpos das vítimas. Nesse sentido, o desaparecimento sistemático de opositores envolveu o confisco de cadáveres, que foram destruídos ou ocultados pelo aparato repressivo estatal, de forma a impedir sua posterior identificação, num exercício de poder sobre os mortos, com o objetivo de “cosificar al individuo (convirtiéndolo realmente en un objeto), y borrarlo como sujeto (negando la identidad de la persona) [...]”. Ni héroes, ni víctimas, ni mucho menos mártires [...]. Los detenidos-desaparecidos permanecen “ausentes” del juego político”.

O Brasil foi um dos países do Cone Sul que adotou o ocultamento de cadáveres de seus opositores políticos, razão pela qual a CNV não conseguiu localizar os restos mortais dos brasileiros desaparecidos em Foz do Iguaçu em 1974, nem de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita, sequestrados em 1973 na cidade de Buenos Aires. Tal situação impediu familiares, companheiros de militância e amigos de colocar um fim no

processo de sofrimento contínuo a que foram submetidos nas últimas décadas, sem conhecer o destino final de seus entes queridos. A não localização dos corpos também garantiu a impunidade, pois a CNV citou o nome dos agentes estatais envolvidos no desaparecimento dessas pessoas, mas nenhum deles foi indiciado judicialmente por esses crimes. O desaparecimento constituiu assim, numa das táticas mais cruéis empregadas pelo Terrorismo de Estado (TDE) no Cone Sul, ao submeter parcelas das sociedades desses países a um martírio permanente, para o qual não existiu desfecho e justiça.

Observou-se que as conexões repressivas mantidas entre os países do Cone Sul, permitiram um aperfeiçoamento permanente dos métodos terroristas usados por seus serviços de inteligência, adaptados as especificidades de cada contexto nacional. O objetivo da Operação Condor, além de melhorar a eficiência do TDE, era expandir as ações terroristas para outros países da América Latina, como Peru e Equador. A ditadura brasileira, seguindo as diretrizes da Operação Condor, passou a vigiar brasileiros exilados também no Equador. Tem-se como exemplo um informe produzido pela DSI/MRE, no ano de 1975, tratando do pedido de passaporte, encaminhado por Isidoro Gutiérrez à Embaixada Brasileira em Quito. Isidoro desembarcou no Equador em 1974, depois de transitar durante nove anos, pelo Uruguai, Bolívia, Chile, Argentina e Peru. A entrega do documento, no entanto, foi negada por ordem do diretor do órgão de segurança, Adolpho Benevides, que interpretou um possível retorno do militante ao país como atitude “nociva à segurança nacional”. Benevides também instruiu os agentes da DSI/MRE a comunicar o mais rapidamente possível os órgãos de segurança no Brasil,

caso Isidoro comparecesse outra vez na sede da representação diplomática localizada na capital equatoriana.³² Evidenciou-se assim que Isidoro Gutiérrez foi um dos militantes vigiados de forma prioritária por esses órgãos de segurança, devido ao trânsito que possuía entre as organizações de esquerda do Cone Sul.

Considerações finais

A ação do aparato brasileiro no exterior incluiu também a vigilância de integrantes da comunidade de exilados que haviam abandonado a via armada ou optado por outras formas de luta, mas eles não foram percebidos como alvos prioritários desse sistema, uma vez que não se constituíam numa ameaça direta à ditadura. Por essa razão, a vigilância sobre Isidoro Gutiérrez e o desaparecimento de Joaquim Pires Cerveira não foram o resultados de operações aleatórias, mas de um bem fundamentado esquema de eliminação de opositores políticos com trânsito pela região, no exterior e exemplo de ações dos órgãos de segurança e repressão da ditadura militar no Brasil.

Pode-se afirmar que os países do Cone Sul, baseados na DSN e na necessidade de perseguir e combater o inimigo interno, perseguiram seus opositores políticos para além de suas fronteiras nacionais. Tal mudança não significou que esses países tivessem deixado de lado os conflitos envolvendo a determinadas áreas geográficas, a execução de projetos ou a

³² Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

assinatura de acordos comerciais, que atendiam seus interesses particulares, mas que, diante da necessidade de impedir o avanço do comunismo, essas disputas foram temporariamente colocadas em segundo plano. A partir dessa tomada de posição, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Argentina (mesmo no conturbado período peronista) se uniram para estabelecer contatos e colaborações repressivas que evoluíram até conformar a rede *Condor*, que se encarregou de trocar informações e realizar operações clandestinas para além de suas fronteiras nacionais, as quais resultaram no sequestro, assassinato e desaparecimento de opositores políticos no exílio.

Portanto, concluiu-se que durante o período em que vigoraram as ditaduras civil-militares de SN no Cone Sul, o fato dos brasileiros se exilarem nos países fronteiriços não implicou que esses sujeitos estivessem em segurança e a salvo da violência estatal. O intercâmbio de informações e a montagem de operações cada vez mais elaboradas em cooperação com outros países, permitiu aos aparelhos repressivos a serviço de tais ditaduras perseguir, sequestrar, assassinar e desaparecer com seus inimigos internos, em território nacional, de países vizinhos ou em terras mais distantes, como a Itália e os Estados Unidos. A extraterritorialidade, a clandestinidade e o nível de abrangência foram três fatores que caracterizaram a aplicação do TDE, mesmo que guardando particularidades entre si, pelas ditaduras do Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e Argentina, nas décadas de 1960 e 1970.

Referências bibliográficas

ALDRIGHI, C.; WAKSMAN, G. **TUPAMAROS exiliados en el Chile de Allende 1970-1973**. Montevideo: Mastergraf, 2015.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 2005.

ANSTETT, É. Comparación no es razón: a propósito de la exportación de las nociones de desaparición forzada y detenidos desaparecidos. In: GATTI, G. (Org.). **Desapariciones**. Usos locales, circulaciones globales. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.

BONA GARCIA, J. C.; POSENATO, J. **Verás que um filho teu não foge a luta**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989.

CERVEIRA, N. **Memória da dor - A Operação Condor no Brasil (1973/1985)**. São Paulo: USP, 2007. Tese (Doutorado História) – PPG-História/USP, São Paulo, 2007.

COMBLIN, J. **A ideologia de Segurança Nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DINGES, J. **Os anos do Condor: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

FICO, C. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GATTI, G. Prolegómeno. Para un concepto científico de desaparición. In: GATTI, G. (Org.). **Desapariciones**. Usos locales, circulaciones globales. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2017.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. México: Era, 1973.

PADRÓS, E. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional**. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura

civil-militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – PPG- História/UFRGS, Porto Alegre, 2005. 2 t.

_____ ; MARÇAL, F. A. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, E. et al. **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** v. 3. Conexão Repressiva e Operação Condor. Porto Alegre: CORAG, 2009.

ROLLEMBERG, D. **Exílio:** entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCHULZ, W. Introducción. In: PIETERSE, J. et al. **Terrorismo de Estado.** El papel internacional de EEUU. Navarra: Txalaparta, 1990.

Fontes primárias

GUTIÉRREZ, C. Depoimentos concedidos à autora nos dias 05 de março de 2014 e 12 de maio de 2018, em Porto Alegre.

PALMAR, A. Depoimento Comissão Nacional da Verdade (CNV). Foz do Iguaçu, 28 de junho de 2013. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/depoimentos/vitimas_ci.06.2013.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Serviço Nacional de Informações (SNI)/BR DFAN, BSB V8, p. 07/20. O movimento subversivo na América Latina. A subversão no Cone Sul. 05 de abril de 1972.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 10/50. Chile. Uruguai. Atividade de IZIDORO ANTONIO VIANNA GUTIERREZ. 22 de junho de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

(CISA)/BR AN, BSB VAZ 37A.241. Subversivos brasileiros no Chile. 01 de agosto de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/BRAN.BSB.Z4.DPN.BRA.BEX, 23, p. 51/151. Subversivos brasileiros no Chile. Eventual fuga do país. 19 de setembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1, p. 304/812. Situação atual na Argentina. Reflexos no Uruguai. 14 de dezembro de 1973.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA)/BR AN, BSB VAZ 115.167. MARIA DE LOURDES ROMAZINI PIRES CERVEIRA. 01 de fevereiro de 1974.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE)/DPN.PES. 168, p. 01/50. ISIDORO ANTONIO VIANA GUTIERREZ. 03 de junho de 1975.

Arquivo Nacional Brasília DF/Acervo dos Órgãos de Informações do Regime Militar/Centro de Informações do Exterior (CIEX)/BR AN, BSB IE.25.1. Alberto Octavio Conrado Avegno.

Brasil. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Vol. 1. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2019.